

## LEI Nº 1.293/2025 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

INSTITUI O PISO SALARIAL DOS CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL DA EDUCAÇÃO E PSICÓLOGO DA EDUCAÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA-CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOGRATO Nº 083

### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica instituído o piso salarial unificado para os cargos de Assistente Social da Educação e Psicólogo da Educação, integrantes da rede pública municipal de educação básica de Santa Quitéria-CE, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para jornada de 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º O valor previsto no caput será aplicado exclusivamente aos profissionais que atuam na Educação Básica municipal, nos termos da Lei Federal nº 13.935/2019.

§ 2º O valor do piso será atualizado anualmente, na mesma data e pelo mesmo índice aplicado ao reajuste geral dos servidores públicos municipais, sem prejuízo de eventual revisão específica prevista em lei posterior.

**Art. 2º** A remuneração prevista nesta Lei observa os princípios estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais do Assistente Social (CFESS, Resolução nº 273/1993) e do Psicólogo (CFP, Resolução nº 10/2005), que asseguram remuneração compatível com a complexidade, responsabilidade e riscos inerentes ao exercício profissional.

**Art. 3º** A instituição do piso salarial ora estabelecido poderá ser custeada com recursos do FUNDEB, conforme autorização do art. 212-A da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 108/2020, que permite a aplicação de recursos em profissionais da educação não-docentes, quando vinculados ao processo de ensino e aprendizagem.

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – incluir o valor estabelecido nesta Lei na Lei Orçamentária Anual, na revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, se for necessário, bem como em legislação correlata, para cumprimento do piso.

II – promover estudos financeiros, orçamentários e jurídicos para garantir a adequada implementação das disposições desta Lei.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria - Ceará, aos 09 de dezembro de 2025 – 169º da Emancipação Política.

**JOEL MADEIRA BARROSO**  
Prefeito Municipal

# LEI Nº 1.293/2025 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

## ANEXO

### ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

#### 1 IDENTIFICAÇÃO

O presente Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro (EIOF) é elaborado em cumprimento ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), visando a comprovação da legalidade do Projeto de Lei nº 084/2025 institui o piso salarial unificado de R\$ 5.000,00 para os cargos de Assistente Social da Educação e Psicólogo da Educação, integrantes da rede municipal de educação básica, para jornada de 30 horas semanais.

O estudo demonstra a estimativa do impacto financeiro, a fonte de custeio, a compatibilidade com o PPA, LDO e LOA e a sustentabilidade fiscal da medida.

#### 2 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PREMISSAS UTILIZADAS

##### 2.1 Cargos Abrangidos e Quantidade de Profissionais

O PL institui piso salarial para Assistente Social da Educação e Psicólogo da Educação e para fins de estimativa, adota-se o número hoje existente no quadro da Secretaria Municipal de Educação:

- <b>Assistentes Sociais:</b> 02 profissionais
- <b>Psicólogos:</b> 02 profissionais.
<b>Total:</b> 04 profissionais

#### 3 ESTIMATIVA DO CUSTO TOTAL DA MEDIDA

##### 3.1 Piso Salarial Mensal Previsto

R\$ 5.000,00 por profissional.

##### 3.2 Despesa Mensal

4 profissionais × R\$ 5.000,00 = R\$ 20.000,00/mês





### 3.3 Encargos Patronais

Considerando a contribuição previdenciária patronal (RPPS ou INSS) estimada em **22%**: R\$ 20.000,00 × 22% = **R\$ 4.400,00**

**Despesa total mensal estimada:** R\$ 20.000,00 + R\$ 4.400,00 = **R\$ 24.400,00**

### 3.4 Impacto Anual

R\$ 24.400,00 × 12 meses = **R\$ 292.800,00/ano**

---

## 4 FONTE DE CUSTEIO E ADEQUAÇÃO LEGAL

### 4.1 Recursos do FUNDEB

O art. 3º do PL prevê expressamente a possibilidade de custeio com recursos do **FUNDEB**, conforme a EC 108/2020 e a redação do art. 212-A da Constituição Federal, que autoriza a aplicação de recursos em **profissionais da educação não-docentes quando vinculados ao processo de ensino e aprendizagem**.

Como Assistentes Sociais e Psicólogos da Educação integram a **equipe multiprofissional escolar**, sua atuação é considerada **vinculada ao processo educacional**, atendendo ao que determina a Lei Federal nº 13.935/2019.

### 4.2 Dotação Orçamentária Específica

Conforme **art. 5º do PL**, as despesas correrão por dotações próprias da educação, podendo ser suplementadas.

### 4.3 Compatibilidade com PPA, LDO e LOA

A medida:

- **Não cria novos cargos**, o que reduz a pressão fiscal (art. 4º da Mensagem).
- **Ajusta valores de remuneração**, o que se enquadra no planejamento plurianual e nas ações de valorização da educação previstas no PPA.
- **Não contraria a LDO**, pois respeita o limite de despesa de pessoal e está amparada na política educacional municipal.
- **É compatível com a LOA**, pois pode ser incorporada por crédito adicional suplementar, se necessário.

### 4.4 Impacto Líquido na Despesa de Pessoal



O impacto anual (R\$ 292.800,00) representa, em geral, um percentual modesto dentro do limite de despesa de pessoal (54% RCL), sendo sustentável, especialmente porque **pode ser absorvido pela cota de 70% do FUNDEB**, a depender da vinculação funcional.

#### **4.5 Ausência de Violação da Responsabilidade Fiscal**

Há estimativa do impacto financeiro (art. 16, I, LRF); declaração da origem dos recursos (art. 16, §1º); compatibilidade com o planejamento municipal (art. 16, II) e indicação de que despesas adicionais serão suplementadas se necessário.

---

### **5 DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE FISCAL**

Com base nos dados apresentados, conclui-se que: a) A criação do piso salarial possui **impacto financeiro previsível e limitado**, compatível com a capacidade fiscal do Município de Santa Quitéria. b) O uso de recursos do **FUNDEB** confere segurança ao custeio da medida. c) Não há extrapolação dos limites de despesa com pessoal previstos na LRF e d) A medida é **exequível, legal e financeiramente sustentável**, atendendo às exigências legais para criação de despesa permanente.

---

### **6 DECLARAÇÃO FINAL**

Declaro, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o impacto orçamentário-financeiro da presente proposição é compatível com o PPA, a LDO e a LOA vigentes, e que há adequação orçamentária e disponibilidade de recursos para sua execução, sem prejuízo das metas fiscais estabelecidas pelo Município.

Paço da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria - Ceará, aos 08 de dezembro de 2025 – 169º da Emancipação Política.



**JOEL MADEIRA BARROSO**  
*Prefeito Municipal*